

Medida Provisória nº 851, de 10 de setembro de 2018

Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências.

Emenda nº _____
(Do deputado Alex Canziani)

Altera-se o título do Capítulo IV da MP nº 851-2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO IV
DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que a instituição dos fundos patrimoniais e respectivas organizações gestoras visam apoiar e fomentar instituições ou causas de interesse público, não há interesse político em tributar tais estruturas. Assim, o Capítulo visa estabelecer benefícios fiscais expressos para os fundos patrimoniais e suas organizações gestoras.

Além disso, a previsão de renúncia fiscal - sem aumento do limite de dedução legal - para fortalecimento da filantropia como um dos eixos de exercício da cidadania é fundamental, pelas seguintes razões: a. Atração de mais recursos para atividades em benefício público: Segundo estimativas do “Johns Hopkins Center for Civil Society Studies”, o governo Norte Americano concede US\$ 52,9 bilhões em incentivos fiscais e com isso consegue estimular US\$ 321 bilhões em doações, ou seja, 6 vezes o valor da renúncia fiscal é revertido por meio de doações para atividades sócio ambientais (fontes: Giving USA, 2014 e Budget of the United State Government FY 2014, Special Analyses). No Brasil, de acordo com a pesquisa A Contrapartida para o Setor Filantrópico para o Brasil, este valor é semelhante pois a cada R\$ 1,00 (um real) obtido por isenções fiscais cada instituição filantrópica retorna R\$ 5,92 em benefícios para a sociedade (Fonte: Fonif 2016 - <http://fonif.org.br/noticias/pesquisas/>). b. Renúncia fiscal sem aumento do limite de dedução legal: Os projetos de lei que preveem a doação de pessoas físicas e jurídicas aos fundos patrimoniais sem aumento da alíquota da renúncia se enquadram nos parâmetros já existentes previstos na legislação tributária.



Sala da Comissão, em 17 de Setembro de 2018.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

DEPUTADO ALEX CANZIANI



CD/18881.62194-04